

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vire à direita

Nos bastidores dos eventos em Nova York, ecoava um recado ao governo federal: ou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue para o centro ou terá dificuldades no futuro. Três em cada três políticos presentes têm essa avaliação.

Na Rainbow Room...

No alto do Rockefeller Plaza, o evento do Banco Master/ Esfera exibiu um vídeo sobre a situação do Rio Grande do Sul, pedindo à nata do empresariado e às autoridades presentes — muitos banqueiros — que enviassem doações ao Rio Grande do Sul. O locutor completava: “O Banco Master já fez sua parte”.

Diferenças

Quem participou do evento em Nova York marcava as diferenças entre o governo atual e a pandemia no quesito recursos financeiros. Negacionismos à parte, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro vinha de uma reforma da Previdência e tinha feito um ajuste fiscal. O governo Lula vem de um período de lançamentos de obras e novos investimentos, que os mais conservadores chamam simplesmente de “gastos”.

Os alertas de Al Gore

Em palestra para convidados do Banco Itaú no Hotel Lotte, em Nova York, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore reforçou os alertas que tem feito em todos os encontros de que participa: “Se não agirmos, podemos chegar a um bilhão de refugiados climáticos cruzando fronteiras”.

Gore é visto pelos conservadores norte-americanos como um “alarmista”, porém, para os brasileiros que acompanham de perto a tragédia no Rio Grande do Sul, ele está coberto de razão. O caso gaúcho foi, inclusive, citado pelo ex-vice-presidente em sua fala para a nata do empresariado e investidores convidados pelo Itaú, num evento restrito e no qual tudo o que foi dito não deveria vir a público.

Em tempo: em 2006, Gore fez o documentário *A verdade inconveniente*, alertando sobre a necessidade de o mundo prestar atenção às mudanças climáticas.



CURTIDAS

Erasmo Salomão/MS



Vai ter COP/ De Nova York, onde foi participar do Lide Brazil Investment Forum, o governador do Pará, Hélder Barbalho (foto), avisa que a COP30 já está consolidada em Belém e toda a infraestrutura ficará pronta a tempo de realizar o evento, em 2025. Ou seja, não tem essa de realizar a COP30 em Porto Alegre, como sugeriu o líder do Cidadania, deputado Alex Manente (SP).

Al Gore chamou/ O ambientalista e ex-vice-presidente dos Estados Unidos convidou o governador do Pará para um encontro, em Nova York, em 30 de maio, junto com Michael Bloomberg, ex-prefeito da cidade. Ele ficará 12 horas apenas para essa reunião.

Aliás.../ A COP30 é, também, a “Paris mais 10”, pois o presidente da França, Emmanuel Macron, fez questão de ir para o Pará, na visita que fez ao Brasil, em março. Belém entrou no circuito internacional.

Lide no Correio/ O site do **Correio Braziliense** transmitirá, hoje, o Lide Brazil Investment Forum. É um momento de reflexão e debates sobre o país.

PODER

Presidente do Senado sugere que municípios apresentem, com celeridade, uma contraproposta sobre desoneração da folha

Pacheco orienta prefeitos

» ÁNDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu, ontem, que os prefeitos apresentem ao governo federal uma contraproposta à desoneração da folha de pagamento de pagamentos de cidades com até 142 mil habitantes. O parlamentar sugeriu que a sugestão seja encaminhada logo, uma vez que, segundo ele, “estamos espremidos pelo tempo”. O senador defendeu a necessidade de se chegar a um “encaminhamento” em comum.

Pacheco também disse que

se reunirá, hoje, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, mas não detalhou se discutirá apenas a desoneração da folha dos 17 setores da economia ou se incluirá a demanda dos municípios.

Ele apontou que o principal ponto em questão é a fonte de compensação para a renúncia fiscal em decorrência da redução da alíquota previdenciária das cidades.

“Estive com o ministro (da Fazenda) Fernando Haddad no Planalto, um pouco antes da reunião com (o governador do Rio Grande do Sul) Eduardo Leite, e tratei

Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente do Senado defendeu a necessidade de se chegar a um “encaminhamento” em comum

do encaminhamento de uma composição nesses pontos todos”, disse. “Remanesce a questão da desoneração que, pelo que entendi, é problema da falta de indicação da compensação e fonte de receita do que propriamente um capricho do governo de não aceitar uma alíquota menor. Diante disso, considero

que poderíamos encaminhar a solução do acordo via substitutivo na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66, propondo ao governo todos os itens”, acrescentou.

A PEC citada pelo parlamentar, cujo relator é o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), trata da renegociação das dívidas

previdenciárias dos municípios. A ideia de Pacheco é aproveitar a tramitação da matéria para aprovar a solução acordada entre as partes.

Após a judicialização do tema ter azedado a relação entre o Congresso e o Planalto, na última semana, Haddad apresentou uma proposta aos 17 setores

da economia contemplados pela desoneração, mas que acabou não atendendo às prefeituras.

“A situação se apresenta mais crítica quando detalhamos a situação orçamentária e fiscal dos municípios. Somente as despesas em educação e saúde e as obrigações funcionais correspondem a quase metade da expansão das despesas públicas. Ou seja, há pouca margem de manobra para resolver a questão por meio de expedientes internos de natureza administrativa”, argumentou Pacheco.

Para o presidente do Senado, uma saída possível seria uma reoneração escalonada. “Podemos pensar em um formato que não deve ser a retomada dos 20% (sobre a folha), como hoje se impõe pela decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e que não seja eventualmente os 8% para todo sempre. Eventualmente, uma composição que pudesse indicar uma fonte para manter os 8%, neste ano, assim como fez para os 17 setores”, opinou.

“Uma proposta intermediária escalonada ao longo de 2024 até que, em 2028, se chegue a uma alíquota que pode ser de 14%, 16%, 18%. É uma discussão que temos que fazer, sempre apresentando a fonte de compensação”, enfatizou.

ATOS GOLPISTAS

Ibaneis diz que soube, por telefone, das férias de Torres

» RENATO SOUZA
» PABLO GIOVANNI

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, afirmou, em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que soube da viagem de Anderson Torres aos Estados Unidos por meio de uma ligação e que considerou que houve uma “quebra de confiança” por parte do então secretário de Segurança Pública. Torres estava em solo

norte-americano durante os ataques de 8 de janeiro de 2023.

“Ele havia me avisado dessa viagem, mas não havia me dito da data. Só soube que estava lá quando liguei, e ele estava nos EUA”, disse Ibaneis. O governador declarou que as férias do então secretário precisavam ser autorizadas por ele, mas que não deu o aval no caso de Torres.

A oitiva do governador ocorreu no âmbito do inquérito que apura a invasão às sedes dos Três

Poderes. Ele chegou a ser afastado na ocasião, por uma decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Ibaneis afirmou que, após ser afastado, não manteve conversas com a vice-governadora Celine Leão, que passou a ocupar o cargo, nem com o interventor escolhido pelo governo federal, Ricardo Cappelli.

“Fiz a exoneração dele (Torres) porque entendi que, se ele estivesse à frente, não teria acontecido esse fato. Acredito que se

o Anderson estivesse aí, o controle teria sido outro. Com a participação dele, talvez a gente tivesse tido mais efetividade. Mas não posso atribuir a culpa só a ele”, destacou.

O chefe do Executivo do DF ressaltou ter ficado surpreendido com a imagem de policiais militares se “confraternizando com manifestantes”.

Sobre os atentados, quando milhares de pessoas invadiram e depredaram o Supremo,

o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, Ibaneis destacou que teve acesso a relatórios a respeito do ato, mas que não foi informado do potencial violento. “Já tínhamos conhecimento de que ia acontecer a manifestação, mas não tinha relatório de inteligência apontando para violência do grupo”, frisou.

Ibaneis relatou ter recebido uma mensagem na sexta-feira à noite, dois dias antes dos ataques, do então ministro

da Justiça, Flávio Dino, informando sobre o aumento da movimentação no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. Ele afirmou que enviou a mensagem a Torres. Foi nesse momento em que ele disse ter ficado sabendo que o secretário não estava mais no Brasil.

Procurada pelo **Correio**, a defesa de Torres respondeu que não vai comentar as declarações.